

ESPAÇO FÍSICO DESTINADO À EDUCAÇÃO ESPECIAL

PHYSICAL SPACE DESTINED FOR SPECIAL EDUCATION

¹FILHO, M. Z.; ²FREITAS, G. V.

^{1e2}Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Faculdades Integradas de Ourinhos - FIO/FEMM

RESUMO

O Espaço Físico Destinado à Educação Especial delimitará a importância de um local apropriado e especializado para a prática da educação inclusiva que garanta ao aluno especial os padrões de espaço físico com condições de acessibilidade em todas as dependências da escola. Para a aplicação da pesquisa foi escolhida a Educação Especial, pois geralmente os prédios de escolas especiais não são específicos para esse tipo de ensino, na maioria das vezes são locais alugados e adaptados. As pessoas com deficiências necessitam de uma escola que atenda às necessidades especiais como imóveis que asseguram a eles o direito à acessibilidade. Por isso a criação de um local que poderá oferecer tudo que será necessário na vida de pessoas com necessidades especiais, para que possam superar todos os obstáculos e receber uma educação de qualidade que lhes ajudará a quebrar paradigmas e preconceitos que lhes assegure a igualdade social.

Palavras-chave: Arquitetura Inclusiva. Inclusão. Arquitetura Escolar. Escola Especial. Acessibilidade.

ABSTRACT

The Physical Space Intended for Special Education delimit the importance of appropriate and specialized area for the practice of inclusive education that guarantees the special student patterns of physical space with accessibility conditions in all school premises. For the application of research was chosen Special Education, because usually the buildings of special schools are not specific to this type of education, most often are leased locations and adapted. People with disabilities need a school that meets the special needs as properties that ensure them the right to accessibility. So creating a place that can provide everything you will need in the lives of people with special needs so they can overcome all obstacles and receive a quality education that will help them break paradigms and prejudices that guarantees the social equality.

Keywords: architecture inclusive Inclusion; school architecture; special school; accessibility

INTRODUÇÃO

As escolas especiais inauguradas anteriormente à Vigência da Constituição Federal de 2008 referente à acessibilidade não foram organizadas para atender as diferenças entre cada aluno especial, necessitando adequação arquitetônica nos espaços observados, bem como os mobiliários e de sinalização.

O principal objetivo do projeto é a criação de um espaço com foco na educação de pessoas especiais que visa oferecer condições de acessibilidade,

O estudo implantado visa sugestões de um local agradável e propício para a prática da educação especial, cuja estrutura e atendimento devem suprir todas as necessidades dos alunos em questão.

As escolas especiais são vistas com bons olhos pelos pais de alunos excepcionais, já que nos dias atuais a inclusão é uma coisa tão distante graças à

discriminação que existe e ao fraco sistema de ensino brasileiro. Como as pessoas com deficiência precisam sempre de atenção e dedicação, e as escolas especiais devem ser locais que forneçam principalmente isso para o desenvolvimento de seus alunos, dessa maneira, a escola é vista como um lar para os pais e para os alunos.

DESENVOLVIMENTO

CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A história da educação especial no Brasil se inicia a partir do de 1854, quando os atendimentos prestados a essa parcela da população carente de atendimentos especializados, não era fornecido pelo poder publico, e foi implementado por brasileiros que inspirados em modelos já praticados nos Estados Unidos e Europa realizaram ações para atender essas pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, porem esses atendimentos praticados não faziam parte do sistema educacional brasileiro e que demorou mais de 100 anos para ser reconhecido oficialmente pelas autoridades brasileiras.

Desde a fundação desses institutos até os dias atuais, a educação especial foi modernizando, prezando sempre pelo assistencialismo inclusivo social, ações que primam além da assistência social também a formação escolar e profissionalizante dos alunos.

Importante salientar que desde seu inicio a referida escola caracterizou-se com estabelecimento educacional voltado para a “educação literária e o ensino profissionalizante” de meninos “surdos-mudos”, com idade entre 7 e 14 anos. (MAZZOTTA, 2005 p. 29)

Desta forma observa-se que é muito importante a participação da sociedade civil juntamente com o poder publico para a continuidade dos avanços almejados.

Diferentemente de outros países grande parte dos pais brasileiros é contra a inclusão escolar de filhos com deficiência, muito embora a constituição federal seja a favor da inclusão escolar para pessoas portadoras de deficiência, desta forma os pais se organizaram em Associações de Pais e Amigos dos excepcionais a fim de garantir a educação de seus filhos com deficiência. Diante desse contexto,

é extremamente valioso clarificar alguns momentos da evolução das atitudes sociais e sua materialização, particularmente aquelas voltadas para a educação do portador de deficiências (MAZZOTTA, 2005, p.15).

A partir dos anos 80 e inícios dos anos 90 associações de Pais e Mestres passarão a contar com a participação dos próprios deficientes em movimentos em defesa de seus direitos os quais já adquiridos, para manutenção dos mesmos, muito embora os movimentos sociais estejam em constante busca de seus direitos observa-se que suas reivindicações ainda não são atendidas no que se refere a prerrogativas educacionais no que se refere a acessibilidade em geral.

1 Atendimentos Educacionais aos Portadores de Deficiência

Resultante de medidas isoladas alguns direitos dos portadores de deficiência estão sendo reconhecidos em políticas sociais especialmente por união de movimentos sociais organizados nos últimos vinte anos.

Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiências podem ser identificados como integrantes de políticas sociais. (MAZZOTTA, 2005 p. 15)

Foi de grande importância para os portadores de deficiências a união da sociedade civil a seu favor.

Muito embora exista um consenso social que a condição de deficiente, incapacitado, inválido seja uma condição irreversível, que pode ter levado a omissão da sociedade em relação aos anseios dessa população, somente quando esse clima apresentou condições favoráveis foi possível avançar nas políticas sociais com o aparecimento de líderes para impulsionar as medidas para o atendimento aos deficientes.

Esses líderes enquanto representantes dos interesses e necessidades das pessoas portadoras de deficiência, ou com ele identificados, abriram espaços nas várias áreas da vida social para continuação do conhecimento e das alternativas de atuação com vistas a melhoria nas condições de vida de tais pessoas. (MAZZOTTA, 2005 p. 17).

Não resta dúvida que a participação da sociedade civil foi de suma importância na obtenção dos direitos.

Para atendimento das pessoas com deficiência dos anos 1850 a 1920 houve um aumento das escolas residenciais, tendo em vista o estado não possuir estrutura para atendimento, porém nos anos de 1890 a 1900 as escolas residenciais não estavam sendo considerados normais para a educação do deficiente mental.

Na última década do século XIX, entretanto, as escolas residenciais não eram mais consideradas instituições apropriadas para a educação do deficiente mental. Passaram a ser vistas como crianças e adultos sem esperança de vida independente. (MAZZOTTA, 2005 p.17)

A Política da Educação Especial

A política da Educação Especial está ligada à ciência e arte de forma a estabelecer objetivos relacionados às necessidades educativas dos alunos portadores de deficiências, altas habilidades ou de condutas típicas e também de orientar as ações governamentais para manter as conquistas dos objetivos e estabelecidos pela Secretaria de Educação Especial.

A Educação Especial enfoca o sistema educacional, cuja finalidade é a de formar cidadãos conscientes e participativos.

O alunado da Educação Especial é formado por educandos que carecem de metodologias educacionais específicas, bem como recursos pedagógicos inerentes a eles. São compostos por:

Portadores de deficiências (visual, auditiva, mental, física e múltipla), portadores de condutas típicas (problemas de conduta decorrentes de síndromes de quadros psicológicos ou neurológicos que acarretam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social) e os de altas habilidades (com notável desempenho e elevada potencialidade em aspectos acadêmicos, intelectuais, psicomotores e ou artísticos. CARVALHO, 1994).

Objetivos Específicos da Política Nacional de Educação Especial

Os principais objetivos específicos da Política Nacional de Educação Especial proporcionam condições adequadas para que os alunados desenvolvam suas potencialidades, garantindo o exercício consciente da cidadania, e elencam-se:

- Desenvolvimento global das potencialidades dos alunos;
- Autonomia, cooperação, espírito crítico e criatividade da pessoa portadora de necessidades educativas especiais;
- Aquisição de hábitos intelectuais, de trabalho individual e em grupos;
- Aquisição do "saber" e do "saber fazer";
- Preparação dos alunos para participarem ativamente no mundo social, cultural, dos desportos, das artes e do trabalho;
- Integração dos portadores de necessidades especiais à sociedade
- Desenvolvimento das habilidades linguísticas, particularmente, dos surdos;
- Acesso e ingresso no sistema educacional tão logo seja identificada;
- A necessidade de estimulação essencial;

- Frequência à escola em todo o fluxo da escolarização, respeitados os ritmos próprios dos alunos;
- Expansão do atendimento na rede regular e governamental de ensino;
- Envolvimento familiar e da comunidade no processo de desenvolvimento da personalidade do educando;
- Ingresso do aluno portador de deficiências e de condutas típicas em turmas do ensino regular, sempre que possível;
- oferta educacional até o grau máximo de terminalidade compatível com as aptidões dos alunos;
- Apoio ao sistema de ensino regular para criar as condições de integração dos portadores de necessidades educativas especiais;
- Organização de ambiente educacional o menos restritivo possível;
- Provimento do sistema escolar com aparelhos e recursos de apoio educativo;
- Aquisição de material didático-pedagógico moderno e suficiente;
- Adequação da rede física quanto a espaços, mobiliário e equipamentos;
- Eliminação de barreiras físicas, ambientais e atitudinais;
- Criação ou adequação de ambientes físicos destinados ao atendimento em salas de recursos;
- Oferta de condições aos portadores de deficiências sensoriais, para que tenham educação integral, tornando-os mais independentes;
- Oferta de condições aos portadores de deficiência física de vivenciarem situações que lhes permitam desenvolver níveis cada vez mais complexos de independência;
- Oferta de livros didáticos em braile para cegos, de material de leitura e escrita ampliados para portadores de visão reduzida e de aparelhos de amplificação sonora para surdos;
- Provimento do sistema escolar de mobiliário e de recursos tecnológicos para o processo ensino-aprendizagem do portador de deficiência física;
- Oferta de recursos instrucionais adequados às necessidades;
- Criação de centros de preparação e confecção de material pedagógico específico às necessidades dos alunos;
- Racionalização do atendimento prestado nas Organizações Não-Governamentais de Ensino;
- Oficialização da LIBRAS;
- Integração das equipes de planejamento da educação comum com as da Educação Especial, em todas as instâncias administrativas do sistema educativo;
- Desenvolvimento de ações integradas nas áreas de Educação, Saúde e Trabalho;
- Cooperação técnico-financeira racional e agilizada aos sistemas estaduais e municipais de ensino, governamentais ou não;
- Condições para o desenvolvimento de estudos e pesquisas acerca da aprendizagem dos portadores de necessidades educativas especiais. (CARVALHO, 1994)

Toda implementação da Política requer competência técnica, equipe educacional qualificada e boa vontade de concretização dos objetivos por parte dos governantes e dirigentes da educação em nosso país.

“O ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas”.(OLIVEIRA, 2007 apud Stainback e Stainback 1999, p. 21).

Dessa forma, a inclusão requer mudanças de pensamentos, compreender e aceitar o outro em suas diferenças, desejar e realizar mudanças profundas nas práticas educacionais, proporcionando um ambiente que favoreça a aprendizagem do especial.

A Escola e a Arquitetura no Brasil

Segundo pesquisas, a arquitetura escolar brasileiras apresenta alguns avanços para a sua implantação nos ambientes escolares visando melhores condições de adequação para a melhoria da qualidade educacional. No entanto, nem toda materialidade é essencial, assim,

O ambiente físico escolar é, por essência, o local do desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. O edifício escolar deve ser analisado como resultado da expressão cultural de uma comunidade, por refletir e expressar aspectos que vão além da sua materialidade. (KOWALTOWSKI, 2011).

Isso significa que o desenvolvimento de uma escola não está simplesmente na sua arquitetura, ou então no caráter pedagógico ou social; envolve um trabalho multidisciplinar como os conhecimentos e suas áreas de cada disciplina, os alunados, o corpo docente, a organização de grupos, os materiais pedagógicos adotados para a aprendizagem e até o lugar onde habita a instituição escolar.

Ultimamente discute-se sobre os projetos arquitetônicos como necessidades básicas do cidadão e como parte integrante do projeto político escolar para melhor construção de uma escola em seu rendimento pedagógico. Uma infraestrutura desorganizada sofrerá interferência na comodidade, os objetivos pedagógicos e qualidade educacional estarão comprometidos.

Na elaboração de um projeto de arquitetura escolar, vale-se de elementos favoráveis com requisitos funcionais, segundo estudos específicos sobre um olhar crítico:

Análise basicamente cinco parâmetros: acesso e facilidades-que envolvem entradas principais, estacionamentos e facilidades encontradas na implantação do projeto; tipologia – que no caso das escolas apresenta características específicas em que se destacam salas e corredores; setorização- determinada pela localização dos vários ambientes específicos; volume e composição- que se atém aos elementos das fachadas, número de pavimentos, materiais usados, tipos de proteção solar; e ambientes e componentes- que envolvem a resolução de limites dos vários ambientes dentro do edifício e o mobiliário. (KOWALTOWSKI, 2011).

Conforme as análises descritas, é possível que os arquitetos possam considerar as resoluções mais adequadas ao projeto da arquitetura escolar; lembrando que os elementos merecem reflexões com a melhor decisão. Mesmo que, com poucos recursos liberados pela Secretaria Estadual de Educação, mediante projetos de gestão escolar, é possível manter um local que esteja de acordo com a sua realidade cultural e histórica com vistas ao bem estar e aprendizado significativo para a vida do escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a realização dos estudos das referências projetuais e das pesquisas de campo realizadas nas escolas APAE de Siqueira Campos e de Wenceslau Braz, foi possível elaborar o levantamento de um programa de necessidades especial para o método de ensino escolhido.

Estudando os casos, foi possível observar que ambas as escolas são bem conceituadas, tanto profissionalmente quanto estruturalmente, porém, muitos problemas foram vistos nos locais, como banheiros não adaptados, portas pequenas onde não é possível a passagem de um cadeirante, rampas fora das normas ou inexistentes, pisos inadequados. As referências projetuais e as falhas e acertos encontrados foram essenciais para que a elaboração do projeto em questão proporcione um local agradável e propício para a prática do método de ensino, onde tudo que seja necessário para o bem estar dos alunos e dos profissionais em questão seja viável.

Figura 1. Fachada da Escola Antônio Paulo de Souza / APAE de Siqueira Campos. Fonte: Freitas, Gustavo Vieira.



Figura 2. Fachada da Escola de Educação Especial Salomão Andraus / APAE de Wenceslau Braz. Fonte: Freitas, Gustavo Vieira



CONCLUSÃO

Com o Decreto Lei nº 5.296 de 2004 sobre a Lei da Acessibilidade, tornou-se necessário um estudo mais centrado na infraestrutura das edificações escolares dos

alunos portadores de necessidades especiais. Esta preocupação com um ambiente favorável ao especial visa desenvolver condições necessárias ao processo ensino aprendizagem, importantes para o desenvolvimento integral do educando de maneira a ser inserido na sociedade com maior independência.

Os resultados apresentados na pesquisa mostraram que os locais atendem pessoas com capacidade de adquirir conhecimentos, desenvolver condutas para a vivência diária, habilitar-se para a iniciação profissional e, dessa maneira, a arquitetura do prédio escolar requer adaptações necessárias para melhor acomodação e acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

Com respaldo na arquitetura, tornou-se urgente as melhorias na infraestrutura física apoiando-os para que obtenham sucesso no trabalho educativo e direito por um espaço com comodidade e funcionalidade, sendo fundamental para que o aluno viva novas experiências, torne-se independente de acordo com sua capacidade intelectual e física. Logo, a edificação acessível é um fator indispensável para o fluxo de alunos especiais.

O projeto proposto fundamentou-se para o atendimento inclusivo baseado na edificação de uma APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), propondo apoio para atendimento de diversas clientelas com o intuito de melhorar a qualificação dos espaços físicos e educacionais que os ajudarão a superar os obstáculos garantindo-lhes os direitos à igualdade social.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR **9050**:2004. 97 páginas. **NORMA. BRASILEIRA. ABNT NBR. 9050.** Segunda edição, 31.05.2004. Válida a partir de 30.06.2004 ...
www.pessoacomdeficiencia.gov.br/.../%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf
(acessado em 07/06/2014)

CARVALHO, R. E. , **A Nova LDB e a Educação Especial**, 3ª edição, 2002 – Wva Editora e Distribuidora Ltda. RJ

KOWALTOWSKI, Doris K.. **Arquitetura escolar. O projeto do ambiente de ensino.** São Paulo, Oficina de Textos, 2011.
http://issuu.com/ofitexto/docs/arquitetura_escolar (acesso 07/06/2014)

MANTOAN, M. T. E., **A educação especial no Brasil.** Disponível em:
<<http://www.lite.fae.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>> (acessado em 15/05/2014)

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira, **Educação Especial no Brasil. História e Políticas Públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, A. A. & LEITE, L. P., **Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440362007000400004&script=sci_arttext> (acessado em 20/05/2014)